

# Mapfre Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Mapfre Capitalização S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuais Auditores Independentes.

**Recetas de títulos de capitalização**  
As receitas com títulos de capitalização totalizaram no exercício de 2025 R\$ 152,4 milhões em decréscimo de 4,5% ou R\$ 7,2 milhões em relação ao anterior. A perda de parceiros de negócios e o mercado de incentivos estagnado, contribuíram para essa redução.

**Despesas administrativas**  
As despesas administrativas em 2025 totalizaram R\$ 11,0 milhões, uma redução de R\$ 702 mil em relação ao mesmo período do ano anterior decorrente da redução no número de colaboradores.

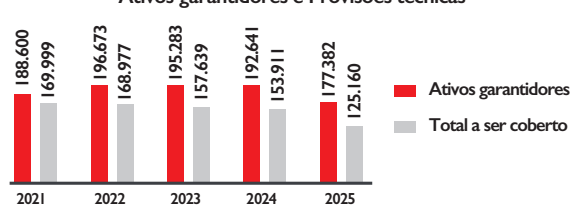
**Resultado financeiro**  
O resultado financeiro totalizou R\$ 13,8 milhões, um aumento de 28% em relação ao exercício do ano anterior, resultado este que foi impactado principalmente pelo aumento da taxa de juros básica SELIC no período.

**Resultado do exercício**  
O resultado totalizou em 2025 um lucro de R\$ 9,9 milhões, o que representa um aumento de R\$ 6,4 milhões em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente da melhoria do resultado financeiro, redução das despesas administrativas e aumento da receita diferida que passou a ter o ciclo completo de diferimento comparada ao ano de 2024 quando da adoção da Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022.

### Declaração de capacidade financeira

A Mapfre Capitalização S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

#### Ativos garantidores e Provisões técnicas



### Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da Mapfre Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

**Sustentabilidade**  
Com o objetivo de integrar os aspectos ESG - Ambiental, Social e Governança aos seus negócios, a Mapfre estabeleceu uma estratégia robusta e consolidada, fundamentada em seus princípios e compromissos corporativos, que orientam a adoção de práticas voltadas à preservação do meio ambiente e ao fortalecimento das suas operações. Nesse contexto, a Companhia também atua para ampliar a oferta de seguros mais inclusivos, promovendo o acesso da proteção securitária a público em vulnerabilidade, bem como expandindo seu portfólio de soluções com produtos voltados à longevidade e à promoção da economia de baixo carbono.

Essa estratégia é operacionalizada por meio do Plano de Sustentabilidade 2024-2026, que define diretrizes e metas relacionadas à gestão da pegada ambiental, à promoção da economia circular, ao desenvolvimento de políticas inclusivas, à aplicação da acessibilidade aos seguros, à gestão da pegada social e à condução responsável de produtos, investimentos e subscrição, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Entre os principais destaques de 2025, resalta-se o lançamento do Floresta Mapfre, iniciativa ambiental estratégica que contribui diretamente para a meta corporativa global da Mapfre de alcançar a neutralidade de carbono em suas operações até 2030. O projeto prevê o plantio de 42 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em uma área de aproximadamente 30 hectares no Parque Estadual Carlos Botelho, no estado de São Paulo, possibilitando a captura estimada de 5 mil toneladas de CO<sub>2</sub>. Esse volume permitirá à Companhia compensar integralmente suas emissões operacionais no ano de 2028.

No âmbito social, destacam-se a ampliação do projeto Mapfre na Favela, que passou a contemplar mais quatro localidades em diferentes regiões do país, com a disponibilização de três produtos de seguros de impacto social voltados a empreendedores de baixa renda residentes em comunidades, bem como o Mapfre Sênior Residencial, iniciativa direcionada à promoção da qualidade de vida da população idosa, por meio de produtos, serviços e soluções desenvolvidos para atender às necessidades específicas desse público.

Também foi lançado o COP30 o produto Bioseguro, um seguro para a mitigação do risco climático, que irá incentivar a criação de projetos de restauração de florestas não comerciais, contribuindo assim para geração de créditos de carbono.

Com essas iniciativas, a Mapfre reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e realinha seu papel como agente de transformação social, promovendo o acesso ao seguro, a inclusão social, a mitigação do risco climático e a geração de valor compartilhado para a sociedade.

### Fundação Mapfre

A Fundação Mapfre atua de forma ativa no Brasil para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o progresso social, por meio de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguros e Previdência, Ação Social e Cultura. Além disso, o estabelecimento de

parcerias públicas com Secretarias de Educação, Segurança Pública, Prefeituras e Departamentos Estaduais de Trânsito são fundamentais para ampliar o alcance das atividades e impactar um número cada vez maior de pessoas em diferentes regiões.

Em 2025, a Fundação Mapfre celebrou 50 anos de atuação, consolidando uma trajetória marcada por desafios e impacto social. No Brasil, os programas realizados nesse período beneficiaram mais de 6,8 milhões de pessoas, entre atividades presenciais e digitais, além de alcançar uma audiência de mais de 15 milhões de pessoas, contribuindo para o bem-estar da sociedade, prevenção e redução de sinistros no trânsito, acesso à informação, o incentivo à inovação e à pesquisa e a ampliação da diversidade cultural.

### Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e, dar confiabilidade às práticas adotadas, e os resultados obtidos são informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção à lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

### Compliance

O GRUPO Mapfre, com base no Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

### Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO Mapfre, alinhadas à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

### Outros assuntos

Em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 15.177 de 23 de julho de 2025, a Companhia informa que as informações relacionadas à equidade de gênero serão apresentadas no relatório anual de Sustentabilidade no site da Mapfre Brasil (<https://www.mapfre.com.br/ques-somos/sustentabilidade/>).

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>		<b>161.074</b>	<b>173.002</b>	<b>Circulante</b>		<b>143.412</b>	<b>164.875</b>
Disponível	5	3	5	<b>Contas a pagar</b>		<b>17.789</b>	<b>10.272</b>
Caixa e bancos		3	5	Obrigações a pagar	9	10.211	4.747
Equivalentes de caixa	5	97	54	Impostos e encargos sociais a recolher		1.115	1.263
Aplicações	6	153.071	168.239	Encargos trabalhistas		2.174	2.893
Outros créditos operacionais		-	11	Impostos e contribuições	10	4.289	1.369
Títulos e créditos a receber	7	7.897	4.685	<b>Débitos de operações com capitalização</b>		<b>11</b>	<b>463</b>
Títulos e créditos a receber	7	7.370	3.946	Débitos operacionais		463	692
Créditos tributários e previdenciários	17b	2	1	<b>Provisões técnicas - capitalização</b>		<b>12</b>	<b>125.160</b>
Outros créditos		525	738	Provisão para resgates		108.138	119.709
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>26.416</b>	<b>27.581</b>	Provisão para sorteio		13.997	29.547
Ativo não circulante		26.306	27.230	Provisão de receitas diferidas		3.025	4.655
Realizável a longo prazo	6	24.311	24.402	<b>Passivo não circulante</b>		<b>134</b>	<b>454</b>
Aplicações		1.995	2.828	Outros débitos		134	454
Títulos e créditos a receber	17b	1.995	2.828	Provisões judiciais	14	134	454
Créditos tributários e previdenciários		-	4	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>15</b>	<b>43.944</b>
Imobilizado		-	4	Circulante	15a	15.000	15.000
Bens móveis		-	4	Reservas de lucros	15b/c	29.521	22.051
Intangível	8	110	347	Ajustes de avaliação patrimonial	15b	(577)	(1.797)
Outros intangíveis		110	347	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>187.490</b>	<b>200.583</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>187.490</b>	<b>200.583</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

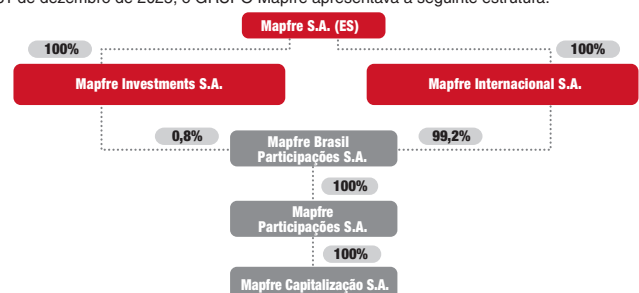
Saldo em 1º de janeiro de 2024	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento			
Varição no valor justo dos ativos financeiros	15d	15.000	2.682	16.335	(823)	408	33.602
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	(48)	(985)	-	(985)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11	-	(37)
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		-	175	-	-	(175)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15e	-	-	-	-	(832)	(832)
Reserva de investimento	15c	-	-	2.907	-	(2.907)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>15.000</b>	<b>2.857</b>	<b>19.194</b>	<b>(1.797)</b>		<b>35.254</b>
Varição no valor justo dos ativos financeiros	15d	-	-	-	1.181	-	1.181
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	39	-	39
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.912	9.912
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		-	143	-	-	(143)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15e	-	-	-	-	(2.442)	(2.442)
Reserva de investimento	15c	-	-	7.327	-	(7.327)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>15.000</b>	<b>3.000</b>	<b>26.521</b>	<b>(577)</b>		<b>43.944</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mapfre Capitalização S.A., doravante designada por "Companhia", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e cadastrada no CNPJ nº 09.382.998/0001-00. A Companhia é integrante do GRUPO Mapfre, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a Mapfre Participações S.A., e o controlador em última instância é a Mapfre S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO Mapfre, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO Mapfre. Em 31 de dezembro de 2025, o GRUPO Mapfre apresentava a seguinte estrutura:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Base de preparação:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2026. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dos ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote pressupostos para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira similar aos períodos de administração em 25 de fevereiro de 2026. **e) Provisões técnicas:** As estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetadas. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos e estimativas adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo período contábil. • Nota 3b e 6 - Aplicações; e • Nota 3f e 12 - Provisões técnicas; e • Nota 14 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulante. **f) Novas normas, leis e interpretações em vigor:** • Lei nº 15.079 - publicada em 30 de dezembro de 2024; A Lei institui o adicional da CSL no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais 2025, com o primeiro recolhimento a ser feito em 2026, quando a carga tributária efetiva sobre lucro inferior a 15%. Estabelece os parâmetros da "Qualified Domestic Minimum Top-up Tax" (QDMTT), que prioriza o país de origem dos lucros na aplicação da tributação mínima sobre a renda. O objetivo é assegurar que o País receba arrecadação tributária mínima consistente com os lucros por ela auferidos, evitando-se assim o deslocamento da base tributária entre países (DLL). A consolidadora responsável por monitorar o Pilar 2 é Mapfre S.A., entidade investidora final das demonstrações financeiras. Os estudos elaborados até a presente data não identificaram impactos de carga tributária sobre o lucro consolidado no Brasil inferior a marca dos 15% estabelecido. • Decreto nº 12.499 de 11 de junho de 2025: Elevou a alíquota do IORF para seguros e algumas operações financeiras, impactando o negócio na compra de moeda estrangeira para remessa ao exterior. A Companhia não identificou impactos relevantes. • Crédito de carbono: COPC10 - Créditos de carbono (TCO2E), Permissões de emissão (ALLOWANCES) E Crédito de descarbonização (CBI0): o objetivo desta orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento mensuração e evidencição dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (TCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono). Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0). Tais eventos econômicos estão comumente ligados à originação, negociação ou aposentadoria desses ativos, bem como situações que possam dar origem a eventuais passivos associados à participação de entidades nesses mercados, decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. Os requerimentos desta Orientação foram elaborados tomando como base a dinâmica, estrutura e funcionamento do mercado de créditos de carbono (TCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0). Contudo, conforme previsto no item 11(a) do CPC 23, tais requerimentos devem ser consultados e podem ser considerados como referência na contabilização de outros tipos de créditos ambientais, quer sejam em mercado voluntário ou compulsório (quando instituído), desde que a substância econômica dos eventos relacionados seja similar aos aqui descritos. Em 2025, a Companhia não fez emissão de créditos de carbono. Além da orientação do COPC 10, itens, ainda, o art. 56, da Lei nº 15.042/2024, que determina às empresas seguradoras o investimento de, no mínimo, 0,5% de suas reservas técnicas em créditos de carbono, foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela CNSeg em (AD 7795). Portanto, a Companhia em 2025, não fez nenhum investimento relacionado a créditos de carbono.

**g) Novas normas e interpretações, ainda não adotadas:** • Lei nº 15.270 de 26 de novembro de 2025: A Lei instituiu a reforma da tributação sobre a renda no Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. **Pessoa jurídica:** instituição da tributação pelo Imposto de Renda à alíquota de 10% nas seguintes situações: (a) beneficiário pessoa física domiciliado no Brasil e cujo valor mensal ultrapasse R\$ 50mil; e (b) beneficiário pessoa jurídica domiciliada no exterior, ainda que os dividendos sejam utilizados para aumento de capital. A Companhia não identificou impactos relevantes. • Lei Complementar 224 de 26 de dezembro de 2025: Esta lei majorou a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte aplicável aos Juros sobre Capital Próprio de 15% para 17,5% e estabeleceu um corte linear de 10% nos incentivos e benefícios fiscais federais. Entre os efeitos, houve redução de benefícios vinculados ao Programa Empresa Cidadã, que contempla a extensão das licenças maternidade e paternidade. Os impactos foram avaliados e considerados não materiais. • Portaria MF nº 1.430 de 4 de julho de 2025 do Ministério da Fazenda: Regulamento a Lei nº 14.973/2024, estabelecendo o IPCA como índice de correção para depósitos judiciais e administrativos federais a partir de 1º de janeiro de 2026 sem impactos econômicos para a Companhia. Para os depósitos tributários federais realizados anteriores a 1º de janeiro de 2026, será mantida a atualização pela SELIC. • Reforma tributária: A Reforma Tributária do Consumo criou o IVA Dual, baseado na não cumulatividade, tributação no destino e ampla incidência, com apuração por documentos fiscais eletrônicos, estruturado nos regimes geral e financeiro. O ano de 2026 é destinado à adaptação e preparação das empresas, enquanto a transição gradual se inicia em 2027. A criação do Comitê Gestor do IBS pela Lei nº 227/2025 deve acelerar a regulamentação necessária para a aplicação do novo sistema. A princípio, haverá impacto no modelo de apuração do IVA Dual (CBS/IBS) e adequações nos processos de recebimento e pagamento. O processo de implementação depende da regulamentação plena do novo regime, em evolução ao longo de 2026. • CBPS 01 e 02 - Normas de divulgação de sustentabilidade: Esses pronunciamentos estabelecem requisitos para a divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades significativas de sustentabilidade e clima, com potencial impacto nas demonstrações financeiras das entidades. A Administração está avaliando os impactos potenciais da adoção dos padrões CBPS 01 e 02 nas práticas de governança, gestão de riscos e divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas. A SUSEP ainda não adotou a referida norma. • CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: O CPC 51 moderniza a apresentação das demonstrações contábeis brasileiras, alinhando-as à IFRS 18. Introduz categorias padronizadas na DRE, subtítulos obrigatórios de custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos. **i. Mensurados a custo amortizado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saídos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantias das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos. **i. Mensurados a custo amortizado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saídos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantias das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos. **i. Mensurados a custo amortizado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saídos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantias das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos. **i. Mensurados a custo amortizado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saídos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantias das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos. **i. Mensurados a custo amortizado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saídos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantias das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos. **i. Mensurados a custo amortizado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saídos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantias das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de *SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)*. Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos. **i. Mensurados a**

★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025** (Em milhares de Reais)

serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios pós-emprego:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa calculados e provisionados. Não houve provisionamento para o exercício. **i) Operações de capitalização:** Para as operações de capitalização, o gerador da receita é o titular de informação sobre o recebimento para as quotas e a sociedade é o contratado da contratação; e b) o atreptamento da contratação para a oferecida pela entidade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico para a quota de carregamento. **j) Custo de aquisição:** É composto substancialmente por valores referentes às comissões e angariações relativas à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação ao resultado diferida dentro da PRD, conforme estudo técnico atuarial. **k) Resgates:** As operações de resgate e de sorteio são realizadas por meio de títulos de capitalização emitidos pela Companhia. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidos no resultado. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e estimado de acordo com o custo de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que os futuros tributos tributáveis sejam realizados a realização desse ativo. Os valores e passivos ativos diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se forem relacionados com o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária para a mesma entidade sujeita à tributação. **m) Participações nos lucros:** A Companhia registra, mensalmente, a participação nos lucros com base no critério de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido alguma mudança significativa na política de remuneração. O valor é atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustado posteriormente para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades à utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrangem desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da Mapfre estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo Mapfre Brasil, incluindo as áreas de negócios, operações, suporte, jurídico (SCL e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir o limite estabelecido para cada atividade. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes interessadas por meio de relatórios de gestão e de conformidade. **Objetivo do gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no GRUPO Mapfre Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos dos negócios, sendo que o primeiro processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com o uso de indicadores de risco, como indicadores de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos, são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de negócios, visando a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos. Isso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com os seguintes Órgãos de Governança: **Conselho de Administração;** é o órgão superior de administração, deliberação e supervisão das atividades no país, de acordo com as normas internas de governança do Grupo. Ao Conselho de Administração compete aprovar os objetivos gerais do negócio, os planos estratégicos para alcancá-los, bem como seus orçamentos anuais e planos de investimentos, as políticas e diretrizes gerais, sempre visando os melhores interesses do Grupo Mapfre e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e legais vigentes; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão superior de controle interno, com o assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos riscos internos; avaliar o desempenho do sistema de controle interno; emitir pareceres e recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Para os títulos de capitalização as premissas são baseadas nas experiências atuais e históricas para realizar a gestão de riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: • Risco de sorteio, que implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. A Companhia realiza controle junto aos Subscritores para avaliação do risco das séries não comercializadas integralmente, recebendo, antecipadamente aos sorteios a base dos títulos comercializados e que serão elegíveis aos sorteios. • Risco de subscrição ou comportamento, que implica na possibilidade de a Companhia não pagar pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade "popular" onde a Companhia não opera. • Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de rentabilidade, que indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas. • Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos. **Risco de crédito:** é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos; é realizado trimestralmente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento do cumprimento dos limites de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares, levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A Administração entende que, no que se refere às operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento antecipado. **Gerenciamento de risco de crédito:** O gerenciamento de risco de crédito dos recursos são investidos nos fundos geridos pela Mapfre Investimentos Ltda., empresa do GRUPO Mapfre, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

	2025	2024
Ativos financeiros - rating	AAA Sem rating	Total AAA Sem rating
Títulos públicos de renda fixa (*)	177.388	177.388 192.657
Caixa/contas a pagar/receber	–	(6) – (16)
<b>Total</b>	<b>177.388</b>	<b>(16) 177.388 192.657</b>

(\*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 7.117 (R\$ 24.836 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia eleta diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto à incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos quanto às dificuldades na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar obrigações. A Companhia possui política específica que estabelece índices mínimos de liquidez requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa dos compromissos oriundos dos títulos de capitalização. O gerenciamento do risco de liquidez é administrado pelo Comitê de Liquidez em um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de realocação dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente aos órgãos de governança o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Companhia acompanha a faz a gestão do risco de liquidez e desenvolve metodologia própria baseada em método de projeção do fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estrasadas de entradas e saídas, que decorrentes das obrigações contratuais dos títulos de capitalização vigentes até a data base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento das receitas provenientes das contribuições dos títulos de capitalização utilizadas nas projeções, consideram os certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estrasadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total	Zona Verde	Zona Amarela	Zona Vermelha
>= 100% - 90%				
< 100% - 100%				
< 90% - 30%				
< 30%				
Total a ser coberto (a)	125,160	153,911		
Ativos garantidores (b)	177,388	192,641		
Fator de risco de liquidez (c)	1,00%	1,00%		
Risco de liquidez (d)=(a)*(c)	1,251	1,539		
Verde	125	154		
Amarelo	751	923		
Vermelho	375	464		
Provisão a cobrir + Risco de liquidez (e)=(a)+(d)	126,411	155,450		
Índice de liquidez (b)/(e)	1,40	1,24		
Suficiência (b)-(e)	50,971	37,191		

**Classificação do nível de liquidez** Cumprimento total Cumprimento total

**Mapfre Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00**

	2025	2024		
Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	
Fluxo até 1 ano	114.736	113.984	127.256	125.200
Fluxo de 1 a 5 anos	61.073	15.416	62.727	31.747
Fluxo acima de 5 anos	1.683	–	2.678	–
<b>Total</b>	<b>177.492</b>	<b>129.400</b>	<b>192.661</b>	<b>156.947</b>

(\*) O fluxo de ativos considera o caixa e as estimativas dos fluxos das aplicações financeiras. As aplicações classificadas nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justos por meio de outros resultados abrangentes, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. Foram consideradas LFTs no valor R\$ 14.704 (R\$ 100,069 em 31 de dezembro de 2024) como ativos de liquidez imediata na composição do fluxo de ativos até 1 ano.

(\*\*) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas, e os débitos das operações com capitalização. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa alterações nos preços de ativos financeiros, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que afetam os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições desses ativos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Mapfre Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado à carteira da Companhia, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil. Considerado o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de 76 (181 em 31 de dezembro de 2024) frente a uma carteira de ativos de R\$ 177.382 (R\$ 192.641 em 31 de dezembro de 2024) contemplando as carteiras administradas e os fundos valor justo. A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e aos fundos dos quais mantem participação. O prazo médio apresentado é de 0,92 (1,23 ano em 31 de dezembro de 2024) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO Mapfre, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balançamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados as seguintes fatores de risco: *i*, Taxa de juros; e *ii*, Cúpons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R\$ 177.382 (R\$ 192.641 em 31 de dezembro de 2024), incluindo operações compromissadas.

Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	2025	2024
Fator de risco		
Taxa de juros e cupons		
a) Elevação de taxas	(1.299)	(4.194)
b) Redução de taxas	1.345	4.392
Parâmetros: 100 <i>basis points</i> nas estruturas de taxas de juros vigentes.		

**Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio dessa ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes. Outro

**6. APLICAÇÕES**

**a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Títulos	Vencimento					Total
	Hierarquia a valor justo	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	
<b>Mensuradas a valor justo por meio do resultado</b>						
<b>Letras de investimentos</b>						
Finanças financeiras do tesouro - LFT	1	7.117	55.340	–	(6)	62.451
Operações compromissadas (*)	2	7.117	–	–	(6)	62.451
Caixa/contas a pagar/receber	2	–	–	–	(6)	62.451
<b>Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>						
<b>Carteira administrada</b>						
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	–	21.980	–	–	21.980
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	–	–	2.331	–	2.331
Letras do tesouro nacional - LTN	1	90.620	–	–	–	90.620
<b>Circulante</b>						
<b>Não circulante</b>						

(\*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

**b) Hierarquia a valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** Os valores justos das aplicações em fundos de investimento são obtidos a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa teram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. **d) Taxa de juros contratada**

	2025	2024
<b>Maior taxa Menor taxa</b>	<b>100% da SELIC</b>	<b>100% da SELIC</b>
Letras financeiras do tesouro - LFT	7,51%	7,36%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,35%	7,35%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14,10%	14,10%
Operações compromissadas (*)	14,87%	14,87%

(\*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

**e) Movimentação das aplicações**

	2024	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2025
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	168.239	50.319	(176.680)	–	20.573	62.451
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	24.402	90.487	(4.385)	1.968	2.459	114.931
<b>Total</b>	<b>192.641</b>	<b>140.806</b>	<b>(181.065)</b>	<b>1.968</b>	<b>23.032</b>	<b>177.382</b>
	2023	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2024
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	75.711	152.626	(76.756)	–	16.658	168.239
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	116.005	2.868	(95.402)	(1.639)	2.570	24.402
Mensuradas a custo amortizado	2.868	–	(2.868)	–	–	–
<b>Total</b>	<b>194.584</b>	<b>155.494</b>	<b>(175.026)</b>	<b>(1.639)</b>	<b>19.228</b>	<b>192.641</b>

**12. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

	2025	2024
Provisão matemática para capitalização - PMC	116.620	3.050
Saldo inicial	120.101	–
Constituição de provisão	8.570	38
Atualização monetária e juros	–	–
Pagamento de títulos sorteados	–	–
Pagamento de resgates	–	(137.370)
Títulos cancelados	(2.298)	–
Apropriação de receita diferida	–	–
Baixa de sorteio decorrido	–	(13.936)
Transferência de provisão de resgates antecipados	(41.575)	41.575
Transferência de provisão de resgates vencidos	(105.531)	105.531
Transferência de provisão para distribuição de bônus	–	7
Decreto bônus	–	5
Outras reversões	(1)	(613)
<b>Saldo final</b>	<b>106.402</b>	<b>1.700</b>

(\*) PDA foi substituída pela PRD conforme Circular SUSEP nº 678/2022.

**13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

	2025	2024
Provisões técnicas	125.160	153.911
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	125.160	153.911
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	62.451	168.239
<b>Total de ativos garantidores</b>	<b>114.931</b>	<b>24.402</b>
<b>Suficiência</b>	<b>177.382</b>	<b>192.641</b>
	<b>52.222</b>	<b>38.730</b>

**14. PROVISÕES JUDICIAIS**

**a) Composição das ações judiciais de natureza fiscal e cíveis por probabilidade de perda**

	2025		2024	
	Quantidade	Valor do risco	Quantidade	Valor do risco
<b>Cíveis</b>	10	220	12	659
Provável	9	134	7	454
Possível	1	86	5	205
<b>Fiscais</b>	1	1.962	–	1.960
Possível	1	1.962	–	1.960
<b>Total</b>	11	2.182	13	2.619

mecanismo de avaliação se refere à avaliação de *Compliance* realizada para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos). A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. De acordo com a Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e alterações posteriores, as entidades devem manter a Estrutura de Gestão de Riscos - EGR, incluindo os riscos: • Subscrição; • Crédito; • Mercado; • Liquidez; • Operacional; e • Plano de Continuidade de Negócios. Consideramos, também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos: • Cibernético; • Conformidade; • Estratégico; • Legal; • Tecnologia da Informação; e • Ambiental, Social e de Governança. Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar no ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. A medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer grau de certeza. Além disso, as análises de sensibilidade não consideram como premissa que todas as taxas de juros se movem na mesma direção. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de capital no médio e longo prazo, a Companhia deve manter, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Companhia. A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional

\* continuação

## Mapfre Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

contingência uma vez que não houve avaliação de "provável" para as suas ações judiciais. **PIS/COFINS** - Discute judicialmente a base de cálculo de PIS/COFINS, com base na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, com o entendimento de que a incidência de referidos tributos se dá apenas sobre quotas de carregamento de títulos de capitalização. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível no valor de R\$ 1.962 (R\$ 1.960 em 31 de dezembro de 2024).

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 15.000 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 13.846.989 ações ordinárias, sem valor nominal (13.846.989 ações em 31 de dezembro de 2024). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal, e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio serão transferidas à conta de reserva de investimentos. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** Compreende o ajuste a valor justo a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. **e) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.912	3.506
Constituição da reserva legal	(143)	(175)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>9.769</b>	<b>3.331</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	2.442	832
<b>Total dos dividendos distribuídos</b>	<b>2.442</b>	<b>832</b>
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	13.846.989	13.846.989
Dividendos distribuídos por ação	0,18	0,06

#### 16. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2025	2024
<b>a) Contribuição com títulos de capitalização</b>	<b>152.366</b>	<b>159.547</b>
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	136.336	143.201
Contribuição - Quotas de carregamento	16.030	16.346
<b>b) Variação da receita diferida</b>	<b>1.630</b>	<b>(4.655)</b>
Reversão de receita diferida (PRD)	17.644	11.935
Constituição da provisão de receita diferida (PRD)	(16.014)	(16.590)
<b>c) Variação das provisões para resgate</b>	<b>(117.805)</b>	<b>(128.932)</b>
Constituição de provisão matemática para capitalização (PMC)	(120.101)	(132.608)
Cancelamentos de provisão matemática para capitalização (PMC)	2.298	3.669
Variação das provisões técnicas	(2)	7
<b>d) Resultado com sorteio</b>	<b>(18.765)</b>	<b>(14.103)</b>
Variação da provisão de sorteios a pagar	(18.318)	(13.661)
Variação da provisão de sorteios a realizar	(447)	(442)
<b>e) Custos de aquisição</b>	<b>(3.393)</b>	<b>(4.554)</b>
Comissões	(3.166)	(4.291)
Outros custos	(227)	(263)
<b>f) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>1.322</b>	<b>604</b>
Títulos prescritos	1.448	815
Contingências cíveis	(112)	15
Redução ao valor recuperável	-	22
Outras despesas	(14)	(248)
<b>g) Despesas administrativas</b>	<b>(11.046)</b>	<b>(11.748)</b>
Pessoal próprio	(5.452)	(6.038)
Serviços de terceiros	(2.113)	(1.596)
Localização e funcionamento	(610)	(864)
Publicações	(119)	(112)
Compartilhamento de despesas (*)	(2.463)	(2.963)
Donativos e contribuições	(254)	(100)
Outras despesas administrativas (*)	(35)	(75)
(*) R\$ (2.463) (R\$ 2.963) em 2024 refere-se a compartilhamento de despesas e receitas entre as empresas do GRUPO Mapfre.		

#### DIRETORIA

<b>NELSON FILIPE DE OLIVEIRA LOPES ALVES</b> Diretor Presidente	<b>ALESSANDRA SAYEGH GOMES LOPES DELVAUX</b> Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade <b>ANA PAULA BERNIZ PIN MODESTO</b> Diretora Executiva de Recursos Humanos	<b>ANDRÉ CONDE CASELLI</b> Diretor Executivo de Tecnologia <b>LUIZ FERNANDO PADIAL DE CAMARGO</b> Diretor Executivo Técnico	<b>ROBERTO JUNIOR DE ANTONI</b> Diretor Executivo de Operações <b>SIMONE PEREIRA NEGRÃO</b> Diretora Executiva Jurídica e Secretária Geral Brasil
--	--	--	--

#### CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0	ATUÁRIA	VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817
--------------------------------------	---------	---------------------------------------

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Comitê de Auditoria da Mapfre Participações S.A., é um Órgão Estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Externa e Interna. É constituído por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder Mapfre Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos. Durante os primeiros 6 (seis) meses do ano de 2025 o Comitê de Auditoria foi composto pela Sra. Rosana Passos de Padua e pelos Srs. Edgar Jabbour, Francisco Petros Oliveira Lima Papanthanasidi e Luiz Cláudio Ligabue (Coordenador). A partir de 1º de setembro de 2025, o Sr. Adilson José Cardoso Pereira foi eleito para compor o Comitê, seguido pela eleição da Sra. Heloisa Belotti Bedicks em 1º de outubro de 2025, ambos em substituição aos Srs. Edgar Jabbour e Francisco Petros Oliveira Lima Papanthanasidi.

O universo de atuação do Comitê compreende a Instituição Líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A. Os administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a

qualidade e a adequação do Sistema de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

A KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Auditores Atuários Independentes das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, inclusive, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação das provisões técnicas, dos Sistemas de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

**Principais Atividades**  
O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, Auditorias Interna e Externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adequadamente sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas Áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras; ao Sistema de Controles Internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a fraude, denúncias e irregularidades. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das Auditorias Interna e Externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

Revisou as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da Mapfre

### 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, empresas que compõem o GRUPO Mapfre, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

		2025		2024		
		Ativo	Pas-sivo-Re-celta	Ativo	Pas-sivo-Re-celta	
Brasilseg Companhia de Seguros (2)	Empresa ligada	-	6 38	(23)	- 5 20	(12)
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	11	- 58	- 6	- 31	-
Mapfre Brasil Participações S.A. (1)	Acionista indireta	20	31 370	(700)	3 47	- (235)
Mapfre Investimentos Ltda. (1)	Empresa ligada	39	26 131	(91)	12 2 106	(32)
Mapfre Participações S.A. (3)	Acionista direta	-	2.442	-	- 832	-
Mapfre Previdência S.A. (1)	Empresa ligada	81	143 419	(1.503)	14 56	- (932)
Mapfre Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	6.124 18.112 81.786	(42.332)	2.788 14.876 72.542	(27.324)	
Mapfre Vida S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	1.017 1.055 7.536	(3.925)	153 284 4.128	(1.732)	
MAVDY Ltda. (1)	Empresa ligada	63	- 466	(178)	5 33 572	(187)
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	7	(1) 34	(4)	5 - 39	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa ligada	8	5 67	(103)	5 - 47	-
<b>Total</b>		<b>7.370 21.819 90.905</b>	<b>(48.859)</b>	<b>2.991 16.135 77.485</b>	<b>(30.454)</b>	

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da Mapfre Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: i) administração financeira; ii) tecnologia da informação; iii) localização; iv) jurídico; v) recursos humanos; vi) marketing e vii) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO Mapfre. 2) Refere-se à venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. 3) Refere-se à distribuição de dividendos.

**a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas do GRUPO Mapfre.

	2025	2024
Honorários	21.270	20.397
Benefícios	10.735	9.208
Bônus e participação nos lucros	17.325	13.627
Incentivos de longo prazo - ILP	23.645	-
<b>Total</b>	<b>72.975</b>	<b>43.232</b>

A Companhia tem como política o pagamento baseado em ações da controladora a seus Administradores.

### 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa Mapfre Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, tendo alcance sobre a Companhia.

#### b) Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Mapfre S.A. (ES).

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Aos Conselheiros e Diretores da Mapfre Capitalização S.A. São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Mapfre Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Avaliação da mensuração da provisão matemática para resgates dos títulos de capitalização (PMC)

##### Veja as Notas nºs 3(f) e 12 das demonstrações financeiras

#### Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém a provisão matemática de capitalização (PMC), relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Para mensurar a referida provisão, a Companhia utiliza-se de percentuais definidos nas condições gerais dos produtos de capitalização, aplicados sobre os valores de arrecadações registrados no período, adicionado a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos a avaliação da mensuração da Provisão Matemática de Capitalização (PMC), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras.

#### Como auditoria endorecou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de parametrização do cálculo da PMC no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto, processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates;
- confronto dos totais das bases analíticas de arrecadações emitidas e de resgates pagos no período, bem como dos montantes de atualização monetária e juros reconhecidos, com o fluxo de movimentação da PMC e respectivos saldos contábeis;
- recálculo da constituição da PMC conforme informações das condições gerais dos produtos de capitalização;
- testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos

das provisões técnicas para capitalização, como valores de arrecadação emitidas e de resgates pagos, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes e comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas

razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP-014428-O-6 F SP

**Érika Carvalho Ramos**

Contadora CRC 1SP224130/O-0

### PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

#### Aos Administradores e Acionistas da Mapfre Capitalização S.A. São Paulo - SP

#### Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Mapfre Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração da Mapfre Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se

refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Mapfre Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efet